

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

Forma da iniciativa:	Projeto de Lei
Nº da iniciativa/LEG/sessão:	155/XIV/1.ª
Proponente/s:	Dez Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português
Título:	Cria o Plano Nacional para a Prevenção Estrutural dos Efeitos da Seca e seu acompanhamento
A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado (n.º 2 do art. 120.º do Regimento e n.º 3 do art. 167.º da Constituição)?	SIM A criação do Plano Nacional para a Prevenção Estrutural dos Efeitos da seca e seu acompanhamento envolve aumento das despesas previstas no Orçamento. A iniciativa não contém uma norma que preveja a sua entrada em vigor com o Orçamento do Estado subsequente ao da sua publicação, o que, a acontecer, acautelaria uma potencial violação do disposto no n.º 2 do artigo 120.º do Regimento e n.º 3 do artigo 167.º da Constituição, princípio conhecido como “lei-travão”
O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)?	SIM
Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (art. 142.º do Regimento e n.º 2 do art. 229.º da Constituição)?	Não parece justificar-se
A iniciativa encontra-se agendada pela CL ou tem pedido de arrastamento?	Não
Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:	Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território (11.ª) sem prejuízo do que vier a ficar estabelecido pela Conferência de Presidentes de Comissões Permanentes
Conclusão: A apresentação desta iniciativa cumpre os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.	



Data: 12 de dezembro de 2019

A assessora parlamentar,

Maria Nunes de Carvalho